

As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais

The post-war economic changes and the food question in Portugal: consumption patterns, social tendencies and regional differences

LEONARDO ABOIM PIRES

(IHC - FCSH/UNL)

leonardopires5@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 29/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 05/04/2018

Resumo: É praticamente impossível, ao estudar o crescimento económico português entre 1950 e 1973, não mencionar as mudanças sociais. Contudo, a literatura especializada não tem conferido a devida importância aos aspetos relacionados com o quotidiano, e, especificamente com a alimentação no período do Estado Novo. É nosso propósito, com este ensaio, identificar e caracterizar os novos caminhos da vida quotidiana em Portugal no segundo pós-guerra, tentando responder a duas questões principais: como é que o desempenho económico português afetou a indústria alimentar e como a população percecionou as mudanças, construiu alternativas ou manteve certas práticas nas várias regiões do país.

Palavras-Chave: Estado Novo; Alimentação; Indústria; Quotidiano.

Abstract: It is quite impossible to study the period of economic growth in Portugal from 1950 to 1973 without mentioning the social changes. However, the Portuguese literature has given less attention to the aspects of everyday life and, specifically, to the food question during the *Estado Novo* period than they deserve. It is our purpose, with this paper, to identify and characterise the new social paths of the everyday life in Portugal at the second post-war period by trying to answer two main questions: how the performance of the Portuguese economy affects the food industry and how the population perceived the changes, created alternatives or maintained certain practices in the different regions.

Keywords: Estado Novo; Food; Industry, Everyday Life.

1. Introdução

O período que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial marcou, a nível global e a nível nacional, uma viragem no que concerne aos postulados económicos seguidos até então. Marcada por um acentuado investimento governativo no sector industrial em detrimento do sector agrícola e pontuada por fenómenos como o da litoralização, o êxodo rural e a emigração, a realidade por-

tuguesa das décadas de 1950 a 1970 foi alvo de mudanças, que se traduziram no exercício dos hábitos de consumo, nomeadamente no consumo alimentar.

Foi neste período cronológico que se assistiu à criação e reapetrechamento de unidades fabris ligadas à indústria alimentar mas também se detetaram outras alterações como a génese do consumo de congelados; o aumento do consumo de conservas alimentares e produtos fruto-hortícolas processados, como o concentrado de tomate; ou ainda, a nível das infraestruturas comerciais, o surgimento dos primeiros estabelecimentos *self-service* e dos supermercados. A inserção destas mudanças e alterações no movimento de modernização do pós-guerra é um dos pontos de análise deste ensaio.

Além de um olhar sobre a modernização, um dos objetivos a que nos propomos neste artigo é perspetivar este período sob o prisma das continuidades. Deste modo, a comparação entre o meio rural e o meio urbano terá de ser feita de modo a compreender as assimetrias que caracterizaram o crescimento económico português do pós-guerra, segundo uma visão dicotómica, coexistindo, no mesmo país, dois sistemas: um em mutação e outro em evidente estagnação, refletindo-se, em primeira instância, na demografia e, conseqüentemente, nas dinâmicas económicas.

A análise do consumo alimentar neste período terá de obedecer ao que designamos como um jogo de escalas, sintoma dos paradoxos que atravessam a sociedade portuguesa no pós-guerra. Para um melhor esclarecimento conceptual, partilhamos a definição de Mónica Truniger, segundo a qual o consumo alimentar “pode ser interpretado como um ato de comunicação e expressão, sendo simultaneamente um veículo de identificação ou de diferenciação (Truniger 2010: 41), facetas essas que, numa análise como a que se segue, se revelam importantes.

Balizando este estudo¹ entre as políticas de combate à “crise das subsistências”, no rescaldo da II Guerra Mundial, e o início da crise económica que pôs termo aos *trinta gloriosos anos* do capitalismo (1950-1973), pretendemos averiguar como é que as mudanças que se operaram na alimentação e nos hábitos quotidianos dos portugueses, num período de crescimento económico, se inscrevem num movimento mais lato, de diferenciação regional e de construção dicotómica entre litoral e interior.

Para alcançar os objetivos propostos será recorrente o uso sistemático de fontes primárias, bem como a utilização de premissas conceptuais radicadas na História e na Sociologia. Deste modo, pretendemos dar um contributo

¹ Este artigo foi elaborado a partir da comunicação apresentada no 4º Fórum-Estudante em História e Culturas de Alimentação, em 22 de maio de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Agradeço à Professora Doutora Dulce Freire a leitura atenta do texto, as correções e as referências bibliográficas sugeridas.

para um melhor conhecimento sobre o consumo alimentar no Portugal contemporâneo, tema a que a historiografia tem votado menor atenção, embora se contem algumas exceções (Pereira 1975: 610-631; Rocha 2009: 249-262; Reis 2009: 263-279; Freire 2011: 101-126; Cascão 2011: 56-91).

2. Uma economia em transformação e as dinâmicas de uma sociedade dual

A economia portuguesa do pós-guerra situou-se na encruzilhada entre o modelo autárquico e predominantemente agrícola, com as suas fragilidades expostas durante o conflito mundial, e os novos preceitos globais, onde a internacionalização dos mercados e das atividades económicas se mostrava como a alternativa mais viável.

Os anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial potenciaram um notável crescimento económico, quebrando-se este ciclo com o choque petrolífero de 1973. Esta conjuntura externa foi altamente favorável ao crescimento interno da economia portuguesa, sendo a partir dos anos 50 que se lançaram as bases para um processo no qual a convergência de Portugal com as economias mais desenvolvidas foi sendo notória. A abertura aos movimentos de cooperação europeia, como a adesão à OECE, em 1948 e à EFTA, em 1959, redobrou a atenção aos mercados externos e à intensificação dos fatores de produção para tornar a economia competitiva marcando um processo que constituiu “a vitória da ideia de que a estratégia de desenvolvimento já não podia passar só, nem sobretudo, pelo mercado interno” (Rollo 1994: 465). A internacionalização sofrida pela economia portuguesa, o pleno emprego, o aumento do nível da procura e o aproveitamento do progresso técnico despoletou um crescimento inaudito, “com uma taxa média anual de 5,6% do PIB *per capita*, entre 1953 e 1973” (Mateus 1998: 77).

Paralelamente, as migrações internas e externas foram outras das faces da transformação da sociedade portuguesa neste período. Ao êxodo para o estrangeiro, com a saída de cerca de 1,4 milhões de portugueses entre 1960 e 1973, somam-se as migrações para os centros urbanos emergentes. Consequentemente deu-se a desertificação dos campos, antiga tendência que se acentuou com o modelo de desenvolvimento implementado no pós-guerra. O fenómeno da urbanização, associado igualmente à industrialização, contribuíram para um declínio da agricultura, não sendo de estranhar que se passasse de 48% da população ativa empregue no sector primário, em 1950, para 32%, em 1970.

O quadro de desenvolvimento económico motivou novas formas de sociabilidade e de consumo. O êxodo rural, a urbanização e a industrialização formaram as bases da rutura com as tendências socioprofissionais que haviam

caracterizado os anos anteriores, acentuando um movimento que Adérito Sedas Nunes definiu da seguinte forma:

vigorosa polarização do acesso à civilização moderna em áreas privilegiadas, escassez de focos de propagação de tal movimento em todo o resto do território, indiscutível predomínio da civilização tradicional numa área geográfica e social incomparavelmente mais lata que a daquelas zonas (Nunes 1964: 417).

Deste modo, o acesso à modernização teve uma evidente concentração nas cidades verificando-se que “enquanto o litoral se modernizava a bom ritmo, o interior persistia arcaico e amarrado a modestos indicadores de desenvolvimento” (Garrido 2014: 146). O crescimento urbano e a expansão do nível de rendimentos levaram a novos hábitos de consumo e formas de sociabilidade, a que a alimentação e todo o cosmos em que esta se integrava não foi imune. No Portugal do pós-guerra, se por um lado, se torna evidente a dicotomia entre o litoral em desenvolvimento e o interior estagnado, dentro dos núcleos que mais se transformam, isto é, as cidades, os padrões de consumo alimentar não são uniformes. As periferias urbanas constituem locais nos quais certas formas de alimentação se caracterizam por carências, nomeadamente em zonas da cintura industrial de Lisboa ou dos polos industrializados do Porto.

3. Alterações nos comportamentos sociais

3.1. Os lugares de consumo alimentar

A partir do momento em que a alimentação sofre mudanças no que toca aos rituais de comensalidade, estes criam um mercado de consumo para um nível mais alargado da população. Os *trinta gloriosos anos* levaram a que, de forma mais vincada, a alimentação saísse das estruturas tradicionais, isto é, o lar, passando a ser uma base para novos comportamentos sociais. Estes eram diferentes “pela urbanização, pela industrialização das cidades das décadas de 1950-1960, pela profissionalização das mulheres, pelo aumento do nível de vida e da educação, pela generalização do automóvel, pelo maior acesso da população ao lazer, às férias, às viagens” (Fischler 1998: 421). Em Portugal, foi ao longo dos anos 60 que estas premissas se fizeram sentir de forma mais vincada, ainda que mitigadas pois não se generalizam às diversas camadas da sociedade, patente na saída das populações rumo à emigração e na estagnação económica das zonas rurais. Vejamos, como paradigma das alterações na

sociedade urbana, o caso da capital do país, Lisboa.

No que toca especificamente aos espaços de consumo alimentar, foi no dealbar dos anos 50 que surgiram novos lugares na cidade, embora outros permanecessem como ponto central na convivência dos habitantes da capital, sobretudo os cafés onde “o convívio era aí interclassista” (Pinheiro 2011: 368). As casas de petiscos e marisqueiras foram dando lugar a restaurantes, funcionando sob duas lógicas distintas: se uns “constituíam lugares gastronómicos, templos da (suposta) boa comida, lugares de distinção, os outros, sendo mais modestos, tinham como “sua principal função [...] alimentar quotidianamente uma clientela cada vez mais numerosa de homens e mulheres que deixaram de comer em casa” (Saramago 2004: 227). Uma das principais estruturas foram as cantinas para estudantes, operários e funcionários do sector terciário, que deste modo “ficavam arregimentados num regime de comensalidade” (Saramago 2004: 232), sendo um dos pontos mais conhecidos era o Restaurante Correia, localizado na Avenida 5 de Outubro.

Também o surgimento dos primeiros snack-bares foi sintoma de uma nova abordagem sobre os rituais de comensalidade. O primeiro snack-bar, o *Pique-Nique* surgiu em Lisboa, no Rossio, em 1954, a que se seguiram muito outros, contando-se, em 1969, cerca de 50 snack-bares na capital. Entre os mais conhecidos destacava-se o *Noite e Dia*, na Avenida Duque de Loulé; o *Cova da Moura*, na Avenida Infante Santo, ou ainda o *Pisca-Pisca* e o *Pam-Pam*. Segundo a imprensa da época, o snack-bar tornou-se “num hábito cómodo, hábito adquirido por pessoas de todas as idades e profissões”². Perpetuando a lógica dos ritmos do trabalho a influenciar os ritmos alimentares, os snack-bares renunciaram o que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, isto é, a “*macdonalização* dos costumes” (Fischler 2001: 413-430) através das primeiras cadeias de *fast-food* a instalarem-se em Portugal. Através destes espaços, a ocupação profissional determinava a forma de comer, no sentido de uma maior racionalização do tempo despendido na refeição, algo que se acentuará nas décadas seguintes. Em suma, tempos de confeção e de ingestão curtos e um preço módico determinaram as novas tendências da restauração urbana.

Para lá do consumo relacionado com as classes médias, é importante vislumbrar o que ocorria nas classes mais desfavorecidas. Neste sentido, a ação assistencial que o regime salazarista empreendeu, no contexto da previdência corporativa, levou ao surgimento de locais que pretendiam resolver o problema alimentar. Para as camadas mais jovens da população, as cantinas escolares tinham uma grande importância, mas também as colónias balneares, muitas vezes subsidiadas pelas Juntas de Freguesia e as Juntas de Província,

² *Diário de Lisboa*, nº 16.837 (3 de novembro de 1969), p. 1.

e que forneciam refeições diárias. Para a população adulta, a ação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) foi fundamental, tendo esta criado vários refeitórios populares espalhados por Lisboa, Porto e Coimbra e em algumas zonas fabris. Além da FNAT, também a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Legião Portuguesa foram criando serviços de assistência alimentar, que muitas vezes surgiam associados a creches ou postos de distribuição.

Além da assistência promovida pelo Estado, outros espaços de consumo alimentar de apoio social perduraram nos anos em estudo. Em muitos concelhos rurais funcionaram “sopas dos pobres” até aos finais dos anos 60 e 70 como em Almeirim, Alpiarça, Bragança, Campo Maior, Grândola, Nisa, Samora Correia ou Viana do Alentejo, dinamizadas pelas comissões concelhias de beneficência. A especial predominância no destas instituições no Alentejo poder-se-á prender com os efeitos do desemprego rural e as consequentes situações de pobreza que grassavam na região. Além dos locais assistenciais quais eram os lugares de consumo alimentar em meio rural? Mais uma vez, a resposta a esta questão parte da evidente continuidade com hábitos precedentes à guerra, onde os ritmos de trabalho determinavam os locais onde se comia e em que a refeição quotidiana era “mais uma necessidade repetitiva do que um vínculo de sociabilidade” (Roche 1998: 269), permanecendo tabernas como locais onde mais se poderia vislumbrar o convívio sob o signo da comensalidade.

3.2. A comercialização, as infraestruturas e as redes de distribuição dos produtos alimentares

Outra das características deste período foi o desaparecimento de determinados ofícios vocacionados para o abastecimento alimentar, sendo substituído por postos de venda devidamente regularizados. A venda porta a porta foi sendo substituída pelos serviços de *self-service* e, posteriormente, pelos supermercados. Leiteiras, aguadeiras, varinas, vendedoras de hortaliças foram desaparecendo da paisagem urbana, fenómeno associado ao abandono da venda a avulso e à vulgarização do uso das embalagens de plástico com repercussões, sobretudo, na venda de azeite, de leite e de água. Em seu lugar, foram criados postos de venda, nomeadamente os de fruta, sob a incitativa do Ministério da Economia em associação com a Junta Nacional das Frutas. Surgiram também postos de venda de leite, os postos da União das Cooperativas Abastecedoras de Leite de Lisboa, cuja atuação se estendia por vários pontos do país, de modo a que “parte da lavoura que até agora tem sido excluída do

abastecimento de leite à cidade, em benefício dos produtores dos concelhos limítrofes, passar a concorrer para aquele estabelecimento”³.

No que concerne à venda de peixe fresco, e devido à sua importância na alimentação nas cidades, foi com o surgimento do Serviço de Abastecimento ao País (SAPP), sob a égide da Junta Central de Pescas, que se criou uma nova abordagem ao consumo de pescado. Esta iniciativa pretendeu contrariar uma tendência: “o consumo no interior do País [...] realizava-se cada vez mais dificilmente à medida que aumentam as distâncias dos locais das lotas, e conseqüentemente, se tornam maiores as despesas correspondentes a transportes e quebras”⁴. Deste modo, assistiu-se, pela primeira vez, à “tentativa de lançar no consumo uma nova categoria de pescado, além dos tradicionais bacalhau seco, sardinha em salmoura ou conserva de molhos e peixe fresco: os congelados” (Garrido 2000: 653). Através de uma frota automóvel, o SAPP empreendeu uma das tentativas mais significativas nas mudanças no consumo alimentar do período em análise.

Entre as diversas conseqüências da inserção da economia portuguesa nos mercados europeus, conta-se a introdução de novos sistemas de comercialização e venda de produtos alimentares. A internacionalização económica vivida convocava a ideia de que “a nossa entrada para a EFTA parece aconselhar-nos a usar métodos de trabalho análogos aos dos nossos participantes”⁵. Assim, verificou-se a importação do modelo de estabelecimentos de venda de *self-service*, o primeiro dos quais inaugurado, em fevereiro de 1961, na Avenida de Roma, em Lisboa. Aquando da sua inauguração, constatou-se que “o moderno sistema é prático, útil e higiénico e os retalhistas de mercearia mesmo os que não tenham possibilidade de o pôr em prática totalmente terão de o ir adotando em parte”⁶. Estes novos estabelecimentos constituíram um separador entre dois grupos: se dum lado estavam “os defensores do *status quo ante*, os velhões bonzos protetores das lojas desordenadas, sujas e anacrónicas”, do outro lado estavam “os jovens turcos – revolucionários dentro da legalidade total – os partidários do progresso técnico, do engrandecimento económico, e dos conseqüentes aumento do poder de compra e elevação do nível de vida”⁷.

Como se relatou à época, os supermercados “podem, dentro de alguns

³ ANTI, AOS, CO/E, pasta 25, pt. 1, 2ª sub., p. 78.

⁴ ANTI, AOS, CO/E, pasta 25, pt. 1, 2ª sub., p. 54.

⁵ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 1, nº 24 (14 de agosto de 1960), p. 1.

⁶ *O Comércio de Víveres*, ano XXXII, nº 935 (1 de março de 1961), p. 3.

⁷ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 2, nº 88 (5 de novembro de 1961), p. 1.

anos, revolucionar completamente o comércio de mercearias a retalho, levando à extinção de numerosas empresas que não queiram, não possam ou não saibam integrar-se nos novos moldes comerciais”⁸. A consciencialização para a inovação comercial levou a algumas mudanças, sobretudo na estrutura corporativa, consubstanciada no Grémio dos Retalhistas de Mercadoria do Sul, que defendeu a concentração como forma de sobrevivência comercial nos tempos que se avizinhavam. Segundo alguns comerciantes, “os supermercados são, de momento, [...] os que mais prejudicam o retalhista menos favorecido, até por constituírem novidade [...]”⁹ e o próprio ministro da Economia, Correia de Oliveira, afirmou que era necessário “fazer que se fundam as unidades mais fracas, para que apareçam úteis, fortes e ricas”¹⁰. À semelhança de outros países, em Portugal, “as estruturas grossistas reagiram criando cadeias voluntárias onde os pequenos comerciantes independentes que quisessem aderir poderiam obter preços vantajosos, atuar sob uma insígnia comum e fazer publicidade coletiva” (Teixeira 1996: 76). Contudo, este movimento de concentração revelou-se de fraca expressão, por diversos motivos, entre os quais as imposições legais do condicionamento industrial ou ainda a fraca adesão dos retalhistas.

Quadro I. Localização e data de abertura dos primeiros estabelecimentos *self-service* em Portugal

<i>Localização</i>	<i>Data de abertura</i>
Lisboa (Avenida de Roma 46-A)	fevereiro de 1961
Évora	maio de 1961
Lisboa (Avenida João Crisóstomo, 10)	outubro de 1961
Lisboa (Praça Duque de Saldanha, 31-B)	outubro de 1961
Lisboa (Rua Ferreira Borges, 92-C)	novembro de 1961
Lisboa (Rua 1º de Dezembro)	dezembro de 1961
Lisboa (Avenida dos Estados Unidos da América, 97)	dezembro de 1961

Fonte: TEIXEIRA 1996: 75

A abertura do primeiro supermercado em 1970, na Avenida dos Estados Unidos da América, estendeu a um novo patamar este tipo de comércio, entendido, nas palavras do Secretário de Estado do Comércio, Valentim Xavier Pintado como “símbolo da modernização do nosso sistema de distribuição;

⁸ *O Comércio de Viveres*, ano XXXII, nº 939, (1 de maio de 1961), p. 9.

⁹ *O Comércio de Viveres*, ano XXXIII, nº 957 (1 de fevereiro de 1962), p. 8.

¹⁰ *O Comércio de Viveres*, ano XXXIII, nº 961 (1 de abril de 1962), p. 11.

da passagem gradual [...] do sistema tradicional de produtos avulso em pequenos estabelecimentos com reduzido volume de negócios, base financeira precária, equipamento escasso”¹¹. A reação do público foi positiva devido, entre outros fatores, aos produtos mais baratos que, em muitos casos, eram 10% mais baratos que no comércio tradicional. Com a entrada do grupo brasileiro “Pão de Açúcar” no mercado nacional assistiu-se a uma expansão dos supermercados, tendo sido inaugurado o seu primeiro supermercado em Alcântara, em novembro de 1970, num espaço com uma área de 6000 m² seguindo a mesma lógica de produtos baratos e de acesso fácil.

Mais uma vez, a reação do público foi positiva, verificando-se, em outras cidades, o surgimento de cadeias de supermercados como os Invictos, no Porto, os Colmeia, em Coimbra ou os Grupal, em Aveiro, acentuando o declínio do comércio tradicional, mas também das cooperativas de consumo que face “da prática de um lucro do máximo [dos supermercados], as cooperativas se mostram incapazes de vencer”¹².

A aproximação de Portugal aos movimentos de cooperação económica europeia levou à introdução de mecanismos que possibilitavam a colocação da produção alimentar nacional nos seus circuitos comerciais. Como Xavier Pintado referiu, “uma das preocupações dominantes [...] é, a da modernização e da procura de eficiência do sistema de produção e distribuição, como única via de assegurar às populações um nível satisfatório de vida”¹³, onde o consumo alimentar se converteu numa questão de capital económico, e não de sobrevivência, consequência das mudanças sociais dos *trinta gloriosos anos*.

No caso das frutas e legumes, sector que conheceu uma significativa expansão no rasgo cronológico em análise, defeitos de coloração, deformações e defeitos na epiderme destes produtos levavam à sua exclusão dos circuitos comerciais que tinha em vista a sua utilização, sobretudo, pelo consumidor doméstico. Também da OCDE vinham diretrizes no que toca ao acondicionamento das frutas e dos legumes. Assim deveria ter-se “especial atenção [à] limpeza do conjunto”, devendo evitar-se “corpos estranhos, folhas, raminhos, areia ou terra”¹⁴, que prejudicam a boa apresentação das mercadorias. Esta questão revelava-se de especial importância pois, como à época se mostrava, “ainda não nos livramos da fama, nos mercados externos, de não sabermos como se embala. Temos ainda um longo e trabalhoso caminho a percorrer

¹¹ O *Comércio de Víveres*, ano XLI, nº 1156, (15 de maio de 1970), p. 1.

¹² O *Comércio de Víveres*, ano XLI, nº 1159 (1 de julho de 1970), p. 12.

¹³ *Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas*, nº 341, (outubro de 1970), p. 6.

¹⁴ *Frutos: boletim anual de hortofruticultura* (1966), p. 71.

neste capítulo das atividades comerciais e industriais”¹⁵. Partindo deste sintomático exemplo, há uma verdadeira mutação na ideia de consumo, onde o gosto e o olhar do consumidor determina a própria aparência do produto, aliada à questão da competitividade económica.

O frio industrial foi um dos pontos-chave no que concerne ao aproveitamento industrial de produtos de origem animal e origem vegetal. A sua importância partia do facto de “manter os produtos num estado tal que as transformações físico-químicas da matéria não provoquem a destruição das células e dos líquidos intersticiais, durante um tempo consideravelmente superior” (Salles 1966: 21). O desenvolvimento dos equipamentos frigoríficos proporcionava à indústria alimentar novas potencialidades que visavam a comercialização dos mais diversos produtos. A frigorificação de legumes, de frutos, de pescado ou carne era apenas um culminar de um processo que logo se iniciava aquando da colheita ou captura/abate, em que o transporte deveria ser feito de modo a minorar possíveis danos nesses produtos.

De notar, que tal como em outros países, verificou-se em Portugal uma crescente importância dos alimentos industrializados, sobretudo, devido à sua praticidade numa época em que as mulheres ingressavam no mercado de trabalho. É assim que as conservas de tomate pelado, refeições pré-confecionadas, polpas não fermentadas e conservas alimentares, como as de pimento ou as de ervilha, começam a ser cada vez mais consumidas em Portugal. Se verificarmos as estatísticas fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 1963 e 1974, o grupo dos produtos hortofrutícolas é dos que acompanha o aumento exponencial da produção e exportação, “tendo passado de 997 mil toneladas em 1963 para 1 220 mil toneladas em 1974, com um máximo de 1 285 mil toneladas em 1970” (Campos 1979: 55).

No que concerne à indústria alimentar em específico, o sector onde se denotou uma apurada atenção foi o do concentrado de tomate. A liberalização que este sector sofreu neste período constituiu um catalisador para a criação de novas unidades fabris dedicadas à sua exploração. Em 1954, existiam apenas 7 fábricas e em meados de 1974, existiam 29 fábricas de concentrado de tomate, das quais 12 funcionavam de forma autónoma. A exportação era um dos principais destinos desta indústria, com aumentos exponenciais, atingindo, na segunda metade da década de 1960, níveis de importância quase semelhantes aos do vinho do Porto ou dos resinosos, onde os países da EFTA eram o mercado preferencial para este comércio. A conjuntura externa era altamente favorável ao desenvolvimento da indústria do concentrado de

¹⁵ *Fundexport: boletim semanal de informação do Fundo de Fomento de Exportação*, ano 1, nº 12 (22 de maio de 1960), p. 1.

tomate. A redução das áreas cultivadas em Itália contribuiu para esta expansão, em que países como o Reino Unido, Canadá, Noruega e Dinamarca voltaram a sua atenção para a produção portuguesa.

Outros sectores experimentaram um desempenho económico assinalável no pós-guerra. O sector cervejeiro foi outro dos quais a conjuntura económica interna e externa muito favoreceu. Através do lançamento de planos de reapetrechamento das fábricas existentes, abriu-se caminho para a criação de outras, nomeadamente, nas colónias, tendo sido inaugurado a primeira, em Moçambique, em 1951. Entre 1951 e 1959, a produção metropolitana de cerveja aumentou 160,3% enquanto o consumo mundial aumentou cerca de 28,8%, embora o consumo anual *per capita* fosse mais reduzido do que os restantes países europeus, com exceção da Grécia (Silva 2012: 20).

4. Os padrões alimentares em Portugal no pós-guerra

4.1. Perspetivas e variações regionais da alimentação

Com o pós-guerra surgiram alguns estudos que se propõem a analisar os hábitos alimentares da população portuguesa em diversas localidades. Mas ainda em 1942, o nutricionista Rocha Faria, num artigo publicado no *Jornal do Médico* intitulado “A alimentação dos trabalhadores rurais portugueses: resumo de algumas investigações” (Rocha 1942: 44-48) defendeu a necessidade em realizar inquéritos sobre a alimentação dos portugueses, que deveriam ser diretos e baseados em critérios científicos. Nesse mesmo artigo apontava para que a alimentação dos rurais estava diretamente ligada a diversas condicionantes: o clima, as condições pecuniárias, mas, acima de tudo, às explorações agropecuárias. Também acusava a quase ausência de proteínas animais, gorduras e vitamina C, bem como uma nutrição pobre das crianças, sendo uma causa direta para a elevada mortalidade infantil. Com a criação do Centro de Estudos Económicos e do Centro do Estudos Demográficos do INE, em 1943, começaram a surgir diversos inquéritos nos moldes que Rocha Faria defendeu.

Fora da atividade académica, também se dava uma atenção redobrada às questões da alimentação. O final da II Guerra Mundial não se traduziu na regularização e no término da “questão das subsistências”. Como o então ministro da Economia, Daniel Barbosa referiu, a situação alimentar em Portugal no rescaldo da guerra pautava-se por uma insuficiência calórica fornecida pelos alimentos racionados e uma percentagem de gorduras igualmente insuficiente. Deste modo, surgiu a necessidade de “irmos buscar, aos géneros em venda

livre, as calorias restantes, e um corretivo à deficiente composição alimentar” (Barbosa 1948: 215). Assim, o ministro empreendeu uma política para pôr cobro às dificuldades no abastecimento alimentar, exacerbadas durante o conflito armado¹⁶.

Apesar de certas iniciativas políticas e dos reptos lançados pelos investigadores, a situação alimentar, em contexto rural, demonstrou uma continuidade com o que caracterizara os anos 30 e 40. Partindo dos inquéritos realizados no Minho e no Ribatejo, em 1950, “a população rural toma geralmente 4 refeições por dia: almoço das 7 às 8 horas; jantar das 12 às 14; merenda das 16 às 18; ceia das 20 às 22” (Pinho e Campos 1950: 17), sendo o jantar a refeição mais substancial de todas. Já entre os pratos principais deste extrato populacional sobressaía o caldo, uma sopa constituída sobretudo por hortaliças e temperada com azeite, e o presigo, composto por arroz ou massa com feijão. No que toca à proteína animal escasseava a carne, surgindo por vezes sardinha ou bacalhau.

Através deste quadro, é possível concluir que, tal como na cidade, mas de forma mais exacerbada e com outras implicações, os ritmos de trabalho impunham certos modelos de alimentação. Assim, “longe dos conselhos dos agentes sanitários que alertavam para a necessidade de uma dieta variada e suficientemente calórica, eram corpos que privilegiavam [...] uma alimentação farta e bem regada” (Ferreira 2011: 252). Deste modo, a alimentação no campo e na cidade contrastava fortemente: se nas cidades, o acesso a determinados alimentos a tornava, vitamínicamente, mais correta, nos campos, eram privilegiadas características alimentares que sustentassem os diversos trabalhos agrícolas.

Outra diferença que se acentuava entre campo e cidade era o próprio modo em que se processava a refeição. Poder-se-ia verificar uma multiplicidade de objetos para o ato de comer no seio de uma família urbana de classe média ou média-alta, sendo também provável a não partilha do pão, tendo cada um dos presentes direito ao seu. Além disso, estas famílias poderiam dispor de criadas e serviçais, cujas funções partiam da “aprendizagem de padrões e procedimentos técnicos, o respeito pelas regras de precedência” (Brasão 2012: 174), contribuindo para este quadro de inculcação de certos valores de civilidade e de distinção à mesa. Já nos meios rurais, na refeição poderia existir um pão grande partilhado pelos diversos elementos da família, além de uma frugalidade e maior simplicidade nos utensílios utilizados, sendo este um modelo que as famílias portuguesas emigradas nos diversos pontos da Europa repetiam.

¹⁶ Para uma visão detalhada dessas políticas veja-se Rosas 2001: 123-149.

Deste modo, o consumo material e alimentar reproduz mecanismos que derivam dos “posicionamentos que ocupam no sistema de estratificação, da necessidade de conformidade com o grupo e das lógicas de distinção social” (Rosales 2009: 25-26). A disciplina da comensalidade e os rituais de mesa advogava uma imagem de individualização dos elementos familiares em meio urbano, ao contrário do que continuavam a decorrer nas zonas rurais, embora se deva frisar que “a autonomização urbana só pode encontrar um eco rural na casa dos privilegiados” (Roche 1998: 284).

Dentro das próprias cidades, mas fora da esfera da classe média, também se verificavam diversos matizes no que toca a como as pessoas se alimentava. Através de um inquérito realizado entre os operários da Fábrica de Louça em Sacavém, em 1949, é possível verificar carências de diversos tipos. As condições de vida desta faixa populacional pautavam-se pelas:

habitações modestas, por vezes bastante modestas e raras vezes havia horta ou animais domésticos que contribuíssem com alimentos além dos obtidos na loja. E mesmo quando assim sucedia era em tão pequena escala que praticamente não vinha modificar a homogeneidade do abastecimento (Pinho 1949: 20).

Especificamente, sobre a alimentação, surgiram como conclusões que “os valores energéticos das rações alimentares são, na generalidade, suficientes” (Pinho 1949: 10), onde apenas 21 das 118 famílias inquiridas apresentavam um consumo familiar diário abaixo de 3000 calorias. Ainda assim, se verificavam carências a nível vitamínico e mineral, de onde sobressaiu a falta de cálcio que se traduzia em problemas ósseos nas crianças e jovens. Já na zona industrial de Alcântara, no final da década de 1960, a base da alimentação partia do consumo de batata e arroz, uma quase inexistência de gorduras, vitaminas e proteínas, onde os fracos recursos da população permitiam, na sua maioria, uma refeição diária, ou seja, “a alimentação prima pela insuficiência não só pela qualidade como em quantidade, comendo-se unicamente para tapar a fome” (Serra 1967: 21).

A evolução do consumo vitamínico diário em Portugal traduziu-se da seguinte forma, patente no quadro II, de onde se denota um crescente aumento dos consumos médios de hidratos de carbono, proteínas animais e vegetais, embora tais dados sejam aplicados, sobretudo, à realidade urbana, graças à subida de rendimentos.

Quadro II. Consumo médios por pessoa e por dia (gramas)

Anos	Hidratos de carbono	Proteínas		Gorduras
		Animais	Vegetais	
1937/38	320,8	20,4	37,8	65,2
1947	362,5	21,4	43,2	67,0
1948	361,0	20,1	42,0	65,7
1949	373,2	20,1	43,3	66,8
1950	404,5	22,5	48,8	66,7
1951	394,5	21,0	46,8	69,8
1952	378,3	22,5	43,7	63,8
1953	406,2	24,6	45,7	61,9
1954	416,0	23,9	47,2	57,2
1955	392,0	24,7	44,5	65,9
1956	401,5	24,5	45,2	69,4
1957	408,3	24,9	45,6	63,5
1958	387,5	25,9	42,9	62,0
1959	398,3	25,4	44,3	63,5
1960	415,5	25,7	45,6	65,3
1961	413,0	27,4	45,7	67,6
1962	417,0	28,1	44,8	66,6
1963	437,3	27,0	48,9	69,3
1964	417,3	30,7	46,6	69,4
1965	417,5	31,1	46,8	73,2
1966	410,0	30,3	46,0	72,1
1967	435,8	33,7	48,6	72,1
1968	440,3	31,6	48,1	80,5
1969	442,3	32,4	47,6	80,0
1970	439,3	34,7	47,2	79,8

Fonte: Peres 1973: 77

4.2. Os padrões de consumo alimentar

Como se notou à época, nas principais cidades denotava-se “uma procura mais apurada, apoiada num poder de compra mais alto” (Lobão 1966: 15) que se repercutia, não apenas nas estruturas do mercado retalhista, como foi mostrado, mas também a nível da percentagem de rendimentos para a alimentação. Se atendermos à repartição de rendimentos no que toca à alimen-

tação, esta é a maior despesa em contexto urbano, sofrendo uma variação de 10% entre Lisboa e Porto, e pequenas variações nas cidades do interior.

Quadro III. Estrutura das despesas de consumo privado em contexto urbano

	Lisboa 1948-49	Porto 1950-51	Coimbra 1953-54	Évora 1955-56	Viseu 1955-56
Alimentação e bebidas	52,6	62,7	54,7	51,9	47,3
Bebidas alcoólicas	2,8	6,8	4,2	1,4	0,1
Vestuário e Calçado	10,5	8,1	9,1	9,2	10,8
Habitação	11,1	9,2	9,8	9,8	10,4
Combustíveis e Eletricidade	4,2	5,8	5,1	5,4	5,1
Higiene	1,5	1,9	2,1	3,6	2,9
Recheio de Habitação	3,2	2,2	2,5	1,8	2,7
Servidores	2,4	0,9	1	0,5	0,9
Transportes e Comunicações	5,2	2,5	3	1	2
Saúde	3,7	2	1,4	2,8	2,7
Tabaco	1,2	2,1	1,4	2,2	1,2
Educação	1,7	0,5	1,2	0,7	1,8
Diversos	2,6	2,3	8,7	11,2	12,2

Fonte: Pires 1966: 25.

Estas variações eram detetáveis dentro das próprias cidades, nas quais, na sua população eram visíveis certas diferenças no seu quotidiano. Veja-se o seguinte exemplo: entre os anos 40 e 50, e apesar de a eletrificação ser uma realidade há várias décadas, e em que “a difusão dos aparelhos elétricos nos lares esteve na base do aumento do bem-estar doméstico no Portugal de pós-guerra” (Bussola 2005: 13), certas famílias da classe média continuavam a utilizar candeeiros a petróleo ou fogareiros, continuando a existir o hábito da compra de carvão em tabernas. A transposição de certos aspetos e hábitos quotidianos típicos do interior rural para as cidades poderá explicar esta lenta transição de costumes, de que a situação mencionada é apenas um de vários exemplos.

Este quadro de continuidades teve impactos na alimentação embora, a partir dos anos 60, se tenham processado várias alterações. Numa situação económica pautada pelo envio das remessas dos emigrantes, um crescente

fluxo de turistas e aumentos salariais, os níveis de consumo alimentar tenderam a mostrar a evolução em determinados produtos, fazendo-se “em benefício dos chamados produtos agrícolas ricos — carne, leite, ovos, fruta, etc. — e em detrimento dos mais pobres — cereais, como o centeio, a cevada e o arroz, mas também a batata, o vinho e outros” (Amaral 1994: 904). Veja-se o caso do consumo de produtos animais (leite, queijo e ovos) que, entre 1963 e 1965, aumentou 38%. Também as carnes entram cada vez mais nas rotinas alimentares dos portugueses. Ainda assim, para o caso de Lisboa, durante a década de 1960, notava-se que “das flutuações cíclicas características da nossa oferta de animais de açougue [...] resultam variações nos preços dos gados”¹⁷, sobretudo do gado bovino e do gado ovino, que dificultavam a compra das carnes por parte dos talhantes. É neste contexto que sobressaiu, à semelhança do pescado, a necessidade de abastecer a cidade com carne congelada. Já no caso dos produtos agrícolas, “podem formar-se dois subgrupos bem diferenciados [...] produtos hortícolas e frutas por um lado, numa linha de evolução idêntica à dos produtos animais, e cereais e derivados e batatas e leguminosas, que que o ritmo de evolução é mais muito mais lento, podendo mesmo falar-se neste último caso de tendência à saturação” (Alves e Silva 1969: 27).

No campo, uma vez mais, a alimentação era manifestamente exígua, em termos proteicos, assistindo-se a um exclusivismo alimentar, com poucas variações, cuja base partia dos cereais que chegavam “a representar 80 a 90% das calorias totais da alimentação” (Mira 1948: 371). Como notou António de Almeida Garrett, “as classes rurais de um modo geral, têm pior alimentação quantitativa e qualitativamente, que a dos meios urbanos ou da vizinhança destes” (Garrett 1957: 42). A escassez de determinados géneros, como o pescado, e o pouco consumo de frutas contrastavam como grande consumo de batata e pão, alimentos abundantes em hidratos de carbono. No caso do concelho de Resende, região muito marcada pelos trabalhos agrícolas em torno da viticultura, na época das vindimas, os jornaleiros “levam broa, um bocado de bacalhau, e lá dão-lhe caldo e o vinho” sendo “quase toda a sua alimentação, a trabalhar de sol a sol, carregando cestos de quatro e cinco arrobas” (Almeida 1967: 16). A questão do consumo de vinho revela-se importante pois era defendido que “o vinho deve ser consumido em quantidade proporcional à qualidade da alimentação e exclusivamente às refeições” (Ferreira 1946: 58), o que muitas vezes não acontecia.

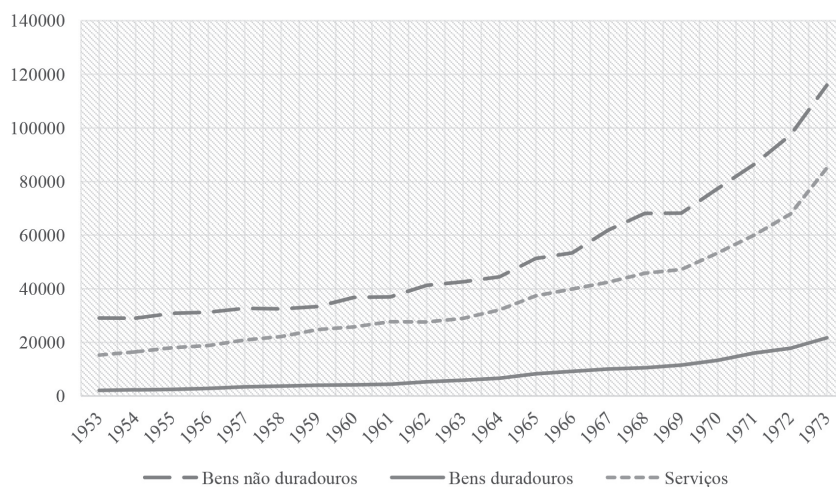
Noutro ponto geográfico, o Alto Alentejo, as refeições da população partiam de um residual consumo de carne e peixe; ovos, leite, manteiga e queijo

¹⁷ ANTT, AOS, CO/E, pasta 19, pt. 5, p. 221.

eram considerados artigos de luxos e a fruta apenas surgia às refeições consoante a época de cultivo. Assim, o que sobressaia era o consumo de pão, batata, hortaliças, isto é, uma alimentação baseada na ingestão de hidratos de carbono o que levava a que “um grande número de famílias encontra-se subalimentadas e assim muitas doenças de carência se manifestam: raquitismo, anemias, caries dentárias (muito), afeções cutâneas” (Filipe 1967: 42).

Ainda assim, quando comparados com os restantes países da Europa, os padrões de consumo alimentar ainda estão distantes do nível de vida europeu. Enquanto noutros países, as despesas familiares já previam gastos com atividades de lazer, as despesas com alimentação continuam a ocupar um nível preponderante nos orçamentos das famílias portuguesas.

Gráfico I. Evolução do consumo privado em Portugal (1953-1973) (milhões de escudos)



Fonte: Valério e Silva 1997: 200-201.

Nota: preços correntes.

Contudo, essa importância sofreu alterações pois o lugar que esta ocupava na estrutura do consumo privado passou de 52,2%, em 1958, para 46,8%, em 1973. Já o consumo não alimentar, onde se incluiu despesas de habitação, de saúde, compra de veículos, transportes e comunicações, entre outros, passa de 47,8% para 53,2%, respetivamente.

Quadro IV. Evolução, em percentagem, da estrutura do consumo privado (1958-1973)

	1958	1968	1973
Consumo alimentar	52,2	47,9	46,8
Pão e produtos à base de cereais	9,1	6,5	4,8
Carne	7,4	7,7	8,0
Peixe, crustáceos e moluscos	4,5	3,7	5,1
Leite, queijos e ovos	2,8	2,7	2,2
Bebidas	8,6	8,9	11,7

Fonte: Santos 1989: 135

As alterações nas despesas do consumo privado levaram a que a economia nacional e, especificamente, a agricultura não correspondesse às necessidades da sociedade da época, “quer em quantidade, quer em preço, pelo que se tem recorrido a elevadas importações, com a conseqüente repercussão sobre a balança de pagamentos” (Alves e Silva 1969: 115). A modernização tecnológica dos métodos de exploração agrícola, a reconversão de certas culturas e até mesmo a reestruturação da estrutura fundiária acabaram por contribuir para o quadro atávico em que o sector primário se encontrava, que igualmente se repercutia na oferta de matéria-prima para as indústrias alimentares, que tinham de recorrer à importação. Apesar de um quadro contínuo de mudança, e com diferenças que muitas vezes, além de regionais, se operavam na estrutura interna das cidades, certas carências permaneceram.

Como sintetiza Dulce Freire, “o consumo de alimentos habitual em Portugal estava visivelmente desconectado dos padrões europeus, o que socialmente era insustentável e, além disso, percebido pelas organizações internacionais” (Freire 2011: 126). Não obstante o desenvolvimento industrial, a agricultura dificilmente correspondeu às alterações alimentares, permanecendo a escassez de produtos como o leite ou a carne até à década de 1980.

5. Conclusão

A alimentação é uma das bases estruturantes do quotidiano, facto que em contexto de mudança se revela como um indicador económico, social e cultural. No caso português e no período do segundo pós-guerra, a internacionalização económica foi pretexto para um esforço de modernização,

acompanhando determinadas tendências da Europa industrializada, nomeadamente, nas infraestruturas de comercialização, de que os supermercados são o melhor exemplo.

Contudo, não se poderá ver nesta situação uma ideia de generalização a todos os estratos sociais, verificando-se uma dicotomia campo/cidade e litoral/interior. Enquanto nas cidades as alterações a nível do consumo e distribuição se tornavam evidentes, as áreas rurais permaneciam arreigadas a certas continuidades do consumo alimentar, onde o peso do trabalho agrícola exacerbava as carências e determinava os ritmos do dia-a-dia. O desenvolvimento económico e social vivido depois do fim da II Guerra Mundial terá de ser visto numa perspetiva bipolarizada, repartindo-se entre o mundo urbano e o mundo rural que permaneciam afastados em muitos aspetos. Os desequilíbrios alimentares são passíveis de mapeamento onde “no Sul faltavam alimentos protetores, enquanto no Norte rareavam alimentos energéticos” (Cascão 2011: 81), traduzindo-se em insuficiências e desproporções calóricas, muito notadas pela classe médica.

Através deste ensaio, pretendeu-se contribuir para uma melhor definição dessa visão, sendo possível constatar, como já se referiu, que a alimentação se construiu num jogo de escalas. Se à escala nacional, existia a referida divisão entre o consumo alimentar no interior e no litoral, já dentro do litoral e dos núcleos urbanos aí localizados, também se dava, na perspetiva dos estabelecimentos, compra e venda de produtos alimentares, uma distinção entre diversas zonas das cidades. Retomando a citada definição sobre consumo alimentar, no período final do Estado Novo este era, claramente, um veículo de identificação ou de diferenciação social e económica, patente nas idiosincrasias a que fomos fazendo menção ao longo deste ensaio.

Fontes manuscritas

ANTI, AOS, CO/E = Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial/Economia, pastas 19 e 25.

Fontes impressas: publicações periódicas

Diário de Lisboa (1960-1973).

Fundexport: boletim quinzenal de informações do Fundo de Fomento de Exportação (1960-1973).

O Comércio de Víveres (1961-1973).

Serviço Informativo da Junta Nacional das Frutas (1947-1973).

Fontes impressas: artigos e estudos da época

- ALMEIDA, Margarida Nogueira de Mesquita Cardoso de Sousa e (1967). “Aspetos da alimentação no concelho de Resende”, in *Problemas nacionais de alimentação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Ultramarinas, 14-18.
- BARBOSA, Daniel Maria Vieira (1948). *Na pasta da Economia: discursos, declarações e súmulas das conferências com a imprensa*. Lisboa: Portugalíia Editora.
- CORRÊA, António Augusto Mendes (1951). *A alimentação do povo português*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- FARIA, Fernando da Conceição Rocha (1942). “A alimentação dos trabalhadores portugueses: resumos de algumas investigações”, *Jornal do Médico*, 44-48.
- FARIA, Fernando da Conceição Rocha (1950). *O problema alimentar português: subsídios para a sua resolução*. Lisboa: Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda do Ministério da Economia.
- FERREIRA, F. A. (1946). *Problemas científicos e sociais da alimentação*. Lisboa, Cosmos.
- FILIFE, Francisco Luís B. (1967). “Algumas considerações do que eu conheço sobre a alimentação das populações rurais do Alto Alentejo”, in *Problemas nacionais de alimentação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Ultramarinas, 41-43.
- GARRETT, Almeida (1957). *Para uma alimentação racional*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- LOBÃO, António J. Cortez (1966). “Dinâmica da comercialização dos produtos agrícolas perante as novas solicitações do consumo: referência especial ao sector hortofrutícola”, *Revista Agronómica*, L, 1-21.
- MIR, Ferreira da (1948). “Inquérito à alimentação e condições sanitárias do pessoal numa exploração agrícola”, *Gazeta Médica Portuguesa*, 2, 371-393.
- PERES, Rogério Inácio (1973). “Os níveis de nutrição da população continental portuguesa”, *Agricultura: revista da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas*, 1, 76-78.
- PINHO, Bernardino de (1949). *Inquérito alimentar entre os operários da Fábrica de Louça de Sacavém*. Lisboa: Ministério do Interior/Direcção-Geral de Saúde.
- PINHO, Bernardino de, CAMPOS, Fausto Cruz de (1950). *Inquéritos alimentares entre famílias rurais*. Lisboa: Ministério do Interior/Direcção-Geral de Saúde.
- PIRES, Maria Margarida Câmara (1966). “Estudo sobre as estruturas do consumo”, *Planeamento e Integração Económica: boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho*, X-XI, 15-27.
- SALLES, Charles (1966). “A congelação e a sobrecongelação de frutos e legumes”, *Frutos: boletim anual de hortofruticultura*, 21-28.

Bibliografia

- ALVES, António Monteiro, SILVA, Fernando Gomes (1969). *Consumo privado e consumo alimentar em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Agrária/Fundação

Calouste Gulbenkian.

- AMARAL, Luciano (1994). “Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)”, *Análise Social*, 128, 889-906.
- BRASÃO, Inês (2012). *O tempo das criadas: a condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- BUSSOLA, Diego (2005). A “modernização” dos lares lisboetas: consumo de energia e electrodomésticos na Lisboa de após guerra (1947-1975). Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, texto policopiado).
- CAMPOS, João da Silva (1979). *Balanças alimentares: a balança alimentar do continente português, período de 1963-75*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- CASCÃO, Rui (2011). “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, in VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 56-91.
- FERREIRA, Vítor Sérgio (2011). “Modas e modos: a privatização do corpo no espaço público português”, in ALMEIDA, Ana Nunes (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: os nossos dias*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 242-276.
- FISCHLER, Claude (2001). “A “macdonalização” dos costumes”, in FLANDRIN, Jean Louis, MONTANARI, Massimo (coord.), *História da Alimentação: da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa: Terramar Editores, 413-430.
- FREIRE, Dulce (2011). “Produzir mais e melhor: Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974)”, *Ayer*, 83, 101-126.
- GARRIDO, Álvaro (2000). “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a “Organização das Pescas”, *Análise Social*, 156, 651-694.
- GARRIDO, Álvaro (2014). “População e sociedade”, in PINTO, António Costa, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), CARDOSO, José Luís (coord.), *História Contemporânea de Portugal. Olhando para dentro: 1930-1960*. Lisboa: Objectiva, 2014, 145-175.
- MATEUS, Abel (1998). *Economia portuguesa: crescimento em contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1975). “Niveaux de consommation, niveaux de vie au Portugal (1874-1922)”, *Annales : Économies, Sociétés, Civilisations*, 30, 610-631.
- VALÉRIO, Maria José, SILVA, Fátima (1997). “Estatísticas da produção, despesa e rendimento”, in PINHEIRO, Maximiano (coord.). *Séries longas para a economia portuguesa pós II Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 181-232.
- PINHEIRO, Magda (2011). *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REIS, Jaime (2009). “Migração, estatura e consumo: o nível de vida em Lisboa, 1890-1910”, in SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois Séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 263-279.
- ROCHA, Maria Manuela (2009). “Economia moral e abastecimento: a intervenção

- pública no mercado de carne em Lisboa: 1850-1900”, in SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois Séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 249-262.
- ROLLO, Maria Fernanda (1994). “A industrialização e os seus impasses” in MATTOSO, José (dir.), ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 450-471.
- ROSALES, Marta Vilar (2009). *Cultura material e consumo: uma introdução*. Lisboa: Celta Editora.
- ROSAS, Fernando (2001). “Daniel Barbosa e a política de estabilização económica e social do pós-guerra (1947/48)”, in *Salazarismo e fomento económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 123-149.
- SANTOS, Américo Ramos dos (1989). “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 109-150.
- SARAMAGO, Alfredo (2004). *Para uma história da alimentação de Lisboa e seu termo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- SILVA, Filipe Guimarães da (2012). “A nacionalização que se deseja”: notas para uma breve história da indústria cervejeira nacional do Estado Novo às nacionalizações revolucionárias. Lisboa: FCSH/UNL, 2012 (dissertação de mestrado em História Contemporânea, texto policopiado).
- TEIXEIRA, José Afonso (1996). *O comércio alimentar na área metropolitana de Lisboa nos últimos trinta anos*. Lisboa: FCSH (tese de doutoramento em Geografia Humana, texto policopiado).
- TRUNINGER, Mónica (2010). *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.